



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

ANÚNCIO DO PLANO VERÃO

Cadeia nacional de rádio e televisão
Palácio do Planalto
15 de janeiro

O Presidente Sarney anuncia novo plano econômico, com componentes ortodoxos e heterodoxos, de controle da inflação e ajuste da economia. As medidas incluem a criação do Cruzado Novo, o congelamento de preços por tempo limitado, o realinhamento dos salários e o fim da URP, o corte de cerca de 100 mil funcionários públicos, a extinção de ministérios e órgãos e a privatização de estatais — a fim de eliminar o déficit público e outras.

12 de janeiro — A CUT e a CGT se unem em torno da proposta de greve geral, mais um componente para o agravamento da crise econômica.

13 de janeiro — Diretor do Banco Mundial informa que foram superados os problemas na área ambiental que vinham impedindo a concessão de empréstimo de US\$ 500 milhões ao setor elétrico brasileiro.

14 de janeiro — O Presidente José Sarney rejeita a proposta do Senador democrata norte-americano Timothy Wirth de criar uma fundação internacional para comprar títulos da dívida externa e aplicar os recursos na preservação da Amazônia. O Presidente diz a Wirth que não mistura as duas questões.

Brasileiras e brasileiros,

Mais uma vez o destino me reserva uma missão de grande responsabilidade. Tenho decisões fundamentais a comunicar à Nação. Decisões a que só se chega em momentos cruciais, de salvação nacional. Esse grave motivo me leva a pedir-lhes alguns momentos deste domingo. E o faço por uma razão imperiosa de ordem prática e técnica. Hoje é dia 15. E a inflação de cada mês é medida a partir de 15 de cada mês, até o dia 15 do mês seguinte. A quinzena final é destinada ao processamento, nos computadores, dos milhões de dados recolhidos durante os 30 dias, de 15 a 15.

A luta que vamos começar tinha de começar, portanto, hoje, dia 15. Quero fazer uma convocação a todos para uma guerra total ao processo inflacionário, com as armas mais duras e as medidas mais profundas jamais tomadas neste País para enfrentar este problema.

Eu tenho consciência dos sacrifícios. Há necessidade de uma grande compreensão nacional para a gravidade deste instante. Mas quero afirmar que é uma guerra na qual eu não vacilarei. A inflação é, hoje, o problema prioritário, grave, do nosso País. É verdade que temos outros problemas. Mas, senão resolver este, nós não resolveremos os outros. A inflação não começou no meu Governo. Quando assumi, ela já era elevada, já era o Brasil o País com a maior dívida externa do mundo. Já tínhamos estes problemas.

Não resta dúvida a ninguém que é extremamente difícil lutar contra a inflação num País endividado. Mas, se todos fizerem um exame imparcial da situação, hão de reconhecer que tenho lutado desde o primeiro instante. Se dermos um balanço nessas batalhas, encontraremos em determinados momentos, instantes edificantes, vitórias do nosso povo, como quando da implantação do Plano Cruzado, que permitiu, durante um bom tempo, que os trabalhadores, os pobres de mais baixa renda, tivessem acesso a bens de consumo que até então só estavam ao alcance de muitos poucos.

Foi o período em que os especuladores, que não trabalham, deixaram de ver suas contas aumentarem diariamente com as correções monetárias e os devedores da casa própria não sofriam o aumento brutal de suas prestações mensalmente.

Depois, tentou-se o Plano Bresser. Os resultados não foram bons. A inflação baixou e subiu. Continuou subindo. Mas eu não desisti. Eu continuei lutando. Segui todas as recomendações que me foram feitas pelos ministros que foram indicados pelo meu partido. Resolvi que ia destinar o ano de 1988 para preparar o País, para não correr, nas novas medidas que tivéssemos que tomar, os riscos que corremos nas anteriores. Por isso, 1988 foi um ano de ajustes, um ano difícil. Paguei um preço político muito alto. Compreendo que, por mais que se faça e que por mais que se esforce, ninguém pode estar satisfeito com uma inflação de 1.000% ao ano.

Mas peço que todos compreendam que o Presidente da República é um ser humano igual a qualquer outro. Leio jornal, vejo televisão, converso com gente do Brasil inteiro, sinto os agravos, eles me incomodam. Mas jamais eu deixei que crescesse dentro de mim o germe do ressentimento, e menos ainda o do desânimo. E também devo acrescentar aquela frase de Lincoln: «Eu nunca cravei por meu desejo espinho algum no peito de ninguém».

Tenho procurado dar o exemplo da paciência e da prática da democracia que está nas leis, está na retórica do País, mas ainda não está na consciência de que ela importa direitos e deveres. Lembro uma frase de Jacques Maritain, em que ele dizia que a tragédia das democracias modernas é que ainda não conseguiram realizar a própria democracia.

As medidas que hoje tomamos só são possíveis de tomar em momentos de extrema necessidade.

Nós estávamos às vésperas de uma hiperinflação. Sem as decisões de hoje, a inflação poderia chegar a 1.500% ao ano. E nenhum Estado teve suas instituições preservadas em uma situação assim. Em todos os países em que esse processo não foi sustado, a economia foi destruída, as instituições esfaqueadas, num incêndio que foi rápido.

Não podíamos, portanto, perder tudo que construímos.

Por isso, eu não estou apresentando um programa econômico.

Eu estou convocando o País para uma obra comum de salvação nacional.

Exigirá renúncias, coragem. Para não termos sangue e lágrimas, temos de ter suor e sacrifício.

Brasileiras e brasileiros, o nosso País vive uma situação paradoxal. Somos capazes de, no meio da maior crise da nossa história, realizar feitos notáveis. Colhemos safras recordes, anos após ano. Registramos o maior saldo comercial de nossa história, o Terceiro Mundo. Temos um dos mais baixos índices de desemprego. E, como exemplo adicional do que é de fato o nosso Brasil, passamos a ocupar, num ano difícil como o ano de 88, o sétimo lugar entre as economias industriais do mundo ocidental. Esse é o Brasil atual. Não é o Brasil da cultura inflacionária. Essa cultura que tudo compromete, tudo devora. A esperança. A alma nacional. A confiança. A disposição de olhar para a frente com a ousadia. Porque a inflação, ela é cruel. E pune os que mais precisam, os mais pobres, os que não têm nenhuma condição de defesa.

Com a hiperinflação, da qual nos aproximávamos perigosamente, nenhuma instituição democrática resiste por mais tempo. A inflação destrói a sociedade, corrompe os valores morais e espirituais que a sustentam, a imagem do Governo, e do nosso próprio País.

Pois bem, essa ameaça temos de enfrentar, hoje. Quero comunicar ao Brasil que decretei um novo choque na economia. Todos os países com inflação galopante tiveram de tentar e repetir as tentativas, até dar certo. E deu certo.

Nós nos preparamos durante 88 e há quatro meses acertamos o que iríamos fazer hoje. A hora e a vez são agora. Mas este não pode ser um esforço só do Estado. Exige co-responsabilidade, comunhão de vontades.

E quero dizer que hoje nós temos as condições que nós não tínhamos:

— os preços relativos estão alinhados;

— nossas relações com a comunidade financeira internacional estão normalizadas;

— as exportações ultrapassaram, em 1988, trinta bilhões de dólares;

— estamos com o mercado interno abastecido;

— recuperamos as tarifas e os preços públicos;

— está eliminado o orçamento monetário, e unificado o Orçamento da União;

— implantamos o caixa único do Tesouro.

— pela primeira vez, temos controle eficaz do déficit público e estamos habilitados a tomar as medidas adicionais necessárias à redução efetiva dos gastos governamentais;

— melhoramos nossos mecanismos de contabilidade pública e a transparência de nossas contas públicas hoje é total. Por isso, podemos hoje atacar a inflação nos seus três componentes principais: o estrutural, o inercial e o psicológico.

Nessa realidade, e dentro desses propósitos, decretei a política fiscal mais dura da nossa história:

— a partir de hoje, o Governo não gastará um centavo além do que efetivamente arrecadar;

— ninguém poderá empenhar despesas sem autorização prévia do Tesouro;

— ficam congelados cinquenta por cento das verbas para despesas correntes da Administração;

— o governo não tomará no mercado dinheiro novo;

— fica extinta a Obrigação do Tesouro Nacional. Criada para captar recursos para o Tesouro, a OTN, transformou-se, ao longo dos anos, em indexador geral da economia. E, desse modo, tornou-se incontrolável realimentador da inflação;

— a partir de hoje, o Governo deixa também de intervir nos contratos e negócios entre empresas. Em cada caso as partes escolherão livremente qualquer indexador permitido por lei;

— decretei, também, por medida provisória, o congelamento geral dos preços. E confio que seja fielmente cumprido. Se ocorrerem abusos, utilizarei a legislação existente. Se ela não for suficiente, não hesitarei quaisquer que sejam as reações, em editar outras medidas penais, em defesa do consumidor e da sociedade;

— com a queda brusca e drástica da inflação, que será computada a partir de amanhã, vamos estabelecer uma política salarial acordada entre empregados e empregadores. Os salários atuais das categorias que estejam abaixo da média real dos últimos doze meses, expressos em OTN's mês a mês serão imediatamente reajustados, para refletir a média real;

— revoguei o Decreto-Lei nº 2.335, de junho de 1987, criador do sistema de reajustes mensais. Os dois instrumentos automáticos já vividos no País — o «gatilho», em 1986, e a URP, em 1987 — mostraram-se insuficientes para manter o poder aquisitivo dos salários.

Brasileiras e brasileiros, quero reafirmar o que tenho dito a dezenas de pessoas com as quais conversei nos últimos dias. Este programa não é uma reedição modificada dos anteriores. Nas outras tentativas, não houve esta política fiscal, esta política monetária, que só ela é capaz de sustentar o processo inflacionário, agora acompanhado, também, de uma política administrativa duríssima, que reduz a máquina estatal, numa lição insubstituível de exemplo.

Na área administrativa, fizemos o que nunca foi feito na história brasileira:

— extinguímos os Ministérios da Reforma Agrária e da Irrigação, cujas atribuições agora se tornam programas do Ministério da Agricultura. Extingui o Ministério da Habitação e Bem-Estar Social. Extingui os Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Indústria e do Comércio, agora consolidados na pasta do Desenvolvimento Industrial, Ciência e Tecnologia. Por último, extingui ainda, o Ministério da Administração, passando o planejamento da atividade administrativa do Governo para a SEPLAN. Determini-

nei a extinção de todos os cargos em comissão desses ministérios e drástica redução dos que forem incorporados por outras pastas;

- extingui 13 autarquias e fundações;

- desativamos ou mandamos vender o controle acionário de 14 empresas e parte das ações de várias empresas estatais;

- mandei, também, convocar assembléias gerais extraordinárias das sociedades de economia mista, para o fim específico de eliminar 573 cargos de diretoria executiva e conselhos de administração fiscal;

- estou instruindo, também, os dirigentes dos órgãos da administração direta a rescindir os contratos dos funcionários admitidos sem concurso, nos últimos cinco anos, sem as garantias da Constituição.

No desdobramento desta política, vamos continuar com medidas moralizadoras e limitantes, demitindo sumariamente aqueles que não cumprirem estas decisões:

Quero tranquilizar os pequenos poupadores. As cadernetas de poupança — símbolo da estabilidade e do sentido de economia de nossas famílias — ficam como estão. Os saldos das cadernetas em vigor continuarão a ser reajustados mensalmente, e acrescidos de juros.

Decretei, também, medida provisória, instituindo o Cruzado Novo. Cada nova unidade monetária corresponde a 1.000 Cruzados Velhos.

Autorizei, também, o Banco Central a desvalorizar o câmbio em torno de 17%. Em consequência, um Cruzado Novo corresponde ao valor de um dólar americano.

Como providência complementar e cautelar, mandei centralizar o câmbio no Banco Central, o que habilita o Governo a proteger o nível das reservas brasileiras. Isso não implica no rompimento do acordo celebrado com os nossos credores e o não-cumprimento de nossas obrigações. Mas, tão-somente, em harmonia com a flexibilidade adquirida, manter e ampliar bom entendimento que estabelecemos com a comunidade financeira internacional.

Determinei, ainda, sejam ultimados estudos para um programa adicional de redução da dívida externa — dentro

do espírito e como complemento natural dos acordos de 1988.

Se chegar a hora de optar nessa questão, como em qualquer outra, prevalecerá sempre o interesse do desenvolvimento nacional e do bem-estar do povo brasileiro.

Afastamos, também, o receio da recessão. Quando lançamos o Cruzado esta avaliação foi feita e era falsa. Já se sabe que inflação baixa é o melhor caminho para crescer.

O Tesouro Nacional, a administração central da União, não dispõe de recursos para novos investimentos. Mas, graças à política de realismo tarifário, adotada em todo o ano de 1988, nossas grandes estatais têm programas de investimento para 1989, programas não-inflacionários.

Neste ano, os sistemas PETROBRÁS, ELETROBRÁS, Vale do Rio Doce, Rede Ferroviária, SIDERBRÁS e TELEBRÁS investirão o total de quinze bilhões de Cruzados Novos, ou 15 trilhões de cruzados antigos, na expansão de serviços, na prospecção de minerais e na criação da infra-estrutura, que é necessária para preparar o Brasil para a próxima década.

O sistema BNDES, de sua parte, conta com recursos da ordem de 5,3 bilhões de Cruzados Novos (5,3 trilhões antigos), para financiamento do setor privado — ou seja, vinte por cento a mais que em 1988.

Com a finalidade de dinamizar a indústria, o FINAME poderá financiar até 90% do valor dos equipamentos.

Esperamos, também, obter soma expressiva de recursos com a privatização das empresas ACESITA, Petroquímica União, FOSFÉRTIL, USIMINAS, COFAVI, Usiba, Aços Piraí, Siderúrgica Tubarão, Goiásfertil, dentre outras.

Outra fonte de recursos é a alienação, pelas estatais, dos imóveis não vinculados às suas atividades-fins.

Uma terceira fonte é a mudança da estrutura de capital das estatais com tradição de liquidez e responsabilidade nas nossas bolsas de valores e o objetivo, neste caso, é a maior democratização do capital dessas empresas, como o Banco do Brasil, Vale do Rio Doce e a PETROBRÁS, conser-

vando sempre o Tesouro o controle acionário dessas empresas que são orgulho da administração estatal brasileira.

Estamos também esperando receber recursos internacionais das agências de desenvolvimento onde estamos negociando empréstimos que estão em vias de desembolso e outros fundos.

Convoco os Governadores, prefeitos, autoridades, a tomarem a si a tarefa de fiscalizar o cumprimento dos preços tabelados e a manutenção dos não-tabelados. Vamos organizar núcleos regionais, estaduais, municipais do Pacto Social, com ênfase para a fiscalização das tabelas de preços, acompanhamento do programa, modificações, retificações, enfim, uma participação efetiva da sociedade na formulação das políticas a serem implementadas na execução dessas medidas. Ninguém poderá dizer que as providências ou ajustamentos não foram feitos por culpa do Governo.

Agiremos com energia, inclusive através da Polícia Federal e da Receita Federal, e todos os nossos instrumentos, para fazer valer, em todo o País, o interesse maior de todos, que é a queda da inflação.

Amanhã mesmo, os jornais das principais capitais já estão publicando as tabelas dos preços congelados.

Falo especialmente, agora, às donas-de-casa, às senhoras que estão me ouvindo, aos chefes de família, a todos com a responsabilidade de ir ao mercado, à feira, ao supermercado: reaja! Não compre. Organize-se. Proteste contra os abusos. Use os seus direitos inerentes ao regime democrático. Participe das associações de donas-de-casa, de vizinhança. Resista, evite as remarcações, que são feitas tantas vezes na calada da noite e agora à luz do próprio dia.

Você é o melhor fiscal do seu próprio direito. Direito de cidadão, de consumidor. Você não é fiscal de ninguém. Você é fiscal de você mesmo; do seu salário, do seu suor, que não pode ser arrancado por exploradores. Você é fiscal do Brasil. Contra os que desejam destruir a nossa economia. Defenda seus direitos. Nem você, nem o Governo, podem deixar que o congelamento seja desmoralizado. Muitos vão dizer que congelamento não resolve nada. Mas, neste momento de alto perigo que atravessamos, tem

de ser encarado como heróico. E, quanto mais rapidamente o perigo for debelado, mais rapidamente nós voltaremos à normalidade.

Vejamos o que aconteceu nesses dias. Maus brasileiros, diante da hipótese e com a especulação sobre o congelamento, correram a remarcar e alterar preços, procurando aumentar seu lucro. Ora, a classe empresarial tem uma grande responsabilidade, tem grandes serviços prestados ao País. A empresa privada é o carro-chefe do desenvolvimento e não deve permitir que sua imagem seja manchada. O bom empresário é o seu próprio fiscal.

O pacto social distribuiu uma lista de preços praticados na semana passada. Será uma lista de referência. Pegue essa lista e compare com o preço remarcado e não pague. Procure comprar onde for mais barato, onde não se engane. Recorra aos mecanismos que estamos criando para defendê-lo. Você pode divergir e criticar o Presidente. Você pode atacar o Presidente. Mas não pode abandonar o Brasil.

A Constituição criou uma nova Federação. O Congresso Nacional vai, agora, apreciar as medidas provisórias baixadas em razão da reforma administrativa e da política fiscal e monetária. Convoco os senhores deputados e senadores para que, juntos, participemos dessa obra de salvação nacional.

Serei firme. Meu dever é para com a Nação. Para cumpri-lo, tive que afastar companheiros que muito serviram ao País, contrariar os interesses, conviver com incompreensões, vetar projetos, dizer não, resistir e enfrentar obstáculos; passar momentos difíceis. Mas o preço é válido porque haverá justiça social, estabilidade, garantia de paz, de liberdade, e de instituições sólidas.

Hoje é apenas a arrancada. Temos um caminho árduo. A execução será difícil. Continuaremos com outras providências. Vamos até o êxito. Não abandonaremos antes de alcançá-lo, o que não pode deixar de ocorrer.

Brasileiras e brasileiros, estou seguro de que as grandes dificuldades serão superadas em curto prazo. A inflação baixará.

Retomaremos o crescimento econômico. Vejo o País recuperar sua confiança. Os preços, estabilizados. Os investimentos públicos não inflacionários voltarão. Voltarão também os investimentos privados. Os recursos e investimentos externos também chegarão. A transição democrática não será mais ameaçada pela inflação. O pluripartidarismo que foi implantado terá muito mais tempo para divulgar suas idéias. As eleições deste ano serão tranquilas. E o futuro Presidente, eleito em novembro, encontrará o Brasil em condições de dar um novo e grande salto para o futuro.

O Brasil, eu tenho certeza, vai reencontrar a sua esperança; o povo, a sua alegria; o empresariado, segurança e confiança; os assalariados, maiores e mais justos ganhos.

Tudo passará. Mas ficará conosco apenas a lembrança de lutas árduas em que mais uma vez o Brasil, o nosso grande Brasil venceu.